



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

Cooperação Técnica Brasil-África no governo Dilma Rousseff – expansão ou retração?

Cristiana Martinello da Costa

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Pio Penna Filho

Brasília

2015

Resumo

A ascensão da importância da África na política externa brasileira durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou expectativas no Brasil e no continente africano em relação à continuidade da atenção destinada àquele continente durante o governo Dilma Rousseff. Pouco escreveu-se sobre o assunto, no entanto, no meio acadêmico, ao longo dos 4 anos de mandato de Rousseff. Estuda-se, nesse artigo, a cooperação técnica do Brasil para a África ao longo do governo Dilma Rousseff e compara-se com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Observou-se queda de iniciativas de projetos de cooperação técnica para a África, motivada pela queda do orçamento disponível para os projetos cooperação técnica da ABC. Utiliza-se a teoria de Hermann para analisar o grau de mudança proporcionado e conclui-se pela mudança de ajuste.

Palavras-Chave: Cooperação Técnica Brasil-África, Política Africana, Governo Dilma Rousseff, Agência Brasileira de Cooperação, Cooperação entre Países em Desenvolvimento.

Abstract

The rise of the importance of Africa in Brazilian foreign policy during the two mandates of President Luiz Inácio Lula da Silva raised expectations in Brazil and in Africa about the continuity of the attention on continent during the government Rousseff. Despite it, little was written about the subject over the four years of Rousseff's mandate. This Article analyses Brazil's Technical Cooperation for Africa along Rousseff's administration and compare it to the government of Luiz Inácio Lula da Silva. A reduction of the initiatives of technical cooperation projects for Africa was observed, it was caused by the falling of the budget available in ABC for projects for technical cooperation. Hermann theory was used to analyze the degree of change provided and the article concludes it was an adjustment change.

Keywords: Brazil-Africa Technical Cooperation, Brazil's Politics for Africa, Dilma Rousseff's Government, Brazilian Cooperation Agency (ABC), Cooperation Between Developing Countries.

1) Introdução

Sucessora de um governo que buscou a contínua expansão da presença brasileira na África, em especial com a prestação de cooperação técnica do Brasil àquele continente, Dilma Rousseff iniciou seu governo em meio à especulação relativa à continuidade ou descontinuidade dessa política.

O governo antecessor, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, relançou, em bases que visavam a continuidade, a política africana do Brasil. Acreditava-se que o empenho cooperativo do Brasil em relação à África no governo Lula estava mais próximo da política de Estado que da política de governo e superava parte das razões das oscilações históricas das relações com o continente africano (SARAIVA 2012).

É fato que houve grande crescimento da importância do continente africano para a política externa brasileira no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Esse crescimento foi coordenado com a prioridade conferida ao diálogo Sul-Sul, nos dois mandatos de Lula. O diálogo com os países africanos incluiu incremento de concertação político-diplomática, de investimentos diretos e da cooperação técnica.

No decorrer de seus dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva realizou 33 viagens ao continente africano, nas quais visitou 23 países, muitos dos quais receberam pela primeira vez a visita de um chefe de Estado brasileiro. O Brasil recebeu 47 visitas de chefes de Estado africanos, oriundos de 27 países. As trocas de visitas de chanceleres também foram frequentes, entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, o ministro Celso Amorim visitou a África 66 vezes, participando de reuniões e eventos oficiais em 25 diferentes países. O Brasil recebeu 62 visitas de Chanceleres africanos, provenientes de 32 Estados (BRASIL, MRE – Relatório de Política Externa 2003-2010, p.35).

A importância da África durante o governo Lula, também é refletida na abertura de embaixadas (o Brasil duplicou o número de Embaixadas no continente durante os dois mandatos de Lula) e no forte crescimento do comércio com aquele continente.

Em relação à cooperação com o continente africano, Luiz Inácio Lula da Silva assim expôs sua linha de atuação:

“A cooperação com a África é prioritária para o Brasil. Nossa principal meta é garantir um desenvolvimento equilibrado e integral, em benefício

das populações dos nossos países. Trata-se de relacionamento estratégico. Temos clara compreensão da importância do diálogo e do desenvolvimento de parcerias com os países africanos. Nosso relacionamento contribui para enriquecer e diversificar nossa inserção conjunta no sistema internacional.” (SILVA 2008)

A ascensão da importância da África na política externa brasileira durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou expectativas no Brasil e no continente africano em relação à atenção que seria destinada àquele continente durante o governo Dilma Rousseff.

Verificou-se que, no âmbito do discurso, a África continuou sendo prioritária, assim como a aproximação e cooperação com os países em desenvolvimento. Pouco, no entanto, escreveu-se sobre o assunto, no meio acadêmico, ao longo dos quatro anos de mandato de Rousseff.

Pretende-se, no presente artigo, estudar a cooperação técnica do Brasil para a África ao longo do governo Dilma Rousseff, com a observação da evolução dessa política em relação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. Analisam-se os projetos de cooperação lançados no governo Rousseff e sua capacidade de execução desses programas. O objeto desse estudo é a cooperação técnica internacional controlada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e executada por órgãos e entidades parceiras. Desde sua criação, a agência centralizou o controle da cooperação, com vistas a propiciar o *accountability* da cooperação técnica prestada e recebida pelo Brasil.

Em relação à metodologia, verificou-se junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a lista de projetos de cooperação com países ou grupo de países africanos iniciados até a conclusão do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Partiu-se, inicialmente, da hipótese de que haveria continuidade da evolução da cooperação técnica com países africanos no governo Dilma Rousseff, porém em um ritmo mais lento que a evolução ocorrida durante o governo Lula da Silva. Essa hipótese será considerada ao longo do estudo e questionada ao se verificar a intensa queda dos projetos de cooperação técnica iniciados durante o referido governo.

Após uma análise teórica e histórica sobre a mudança em política externa e sobre a cooperação técnica internacional, assim como a apresentação dos dados relativos ao objeto da pesquisa, busca-se, ao verificar-se a diminuição dos projetos de

cooperação técnica, demonstrar o grau da mudança realizada no governo Dilma Rousseff. Considera-se o estudo de Charles Hermann (HERMANN 1990) sobre mudanças em política externa para a análise do grau de mudança proporcionado.

A Agência Brasileira de Cooperação produz em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) relatórios financeiros dos projetos de cooperação brasileiros, no entanto, até a conclusão deste artigo, os relatórios relativos ao primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff ainda não tinham sido publicados. Esses dados consolidados, portanto, não foram objeto da análise deste artigo.

O estudo proposto ao longo do artigo associou pesquisa bibliográfica em produções acadêmicas, pesquisa documental dos projetos de cooperação, relatórios existentes relativos aos projetos de cooperação e o contato direto com órgãos governamentais para a verificação do andamento dos projetos.

1. Charles Hermann e as mudanças em política externa

Os pensamentos sobre mudanças em política externa de Charles Hermann apresentada em artigo intitulado *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*, publicado em 1990, tem sido frequentemente utilizado por pesquisadores brasileiros na análise comparativa de política externa de diferentes governos, a exemplo de CORNETET (2014), OLIVEIRA (2014), e STURARO e NEVES JÚNIOR (2011).

Segundo Hermann (HERMANN 1990, p. 3-5), grandes mudanças em política externa podem ocorrer não somente em mudanças de regime, mas também dentro de um mesmo governo, se este verificar que os rumos tomados até então estavam incorretos. Pequenas mudanças ou ajustes, por sua vez, ocorrem frequentemente em política externa e fazem parte da dinâmica desta. Hermann classifica os graus de mudança da seguinte forma:

- 1) mudança de ajuste - Ocorre no nível de esforço dispensado e/ou no escopo dos beneficiários. O que é feito, como é feito e o propósito da ação se mantém inalterado;

- 2) mudança de programa – A mudança ocorre nos métodos ou nos meios pelos quais os objetivos ou os problemas são abordados, é qualitativa e envolve os instrumentos do Estado (por exemplo, passar a usar instrumentos diplomáticos ao invés de militares para conquistar um objetivo). O que é feito e como é feito muda, mas os propósitos da ação continuam os mesmos.
- 3) Mudança de problema e/ou objetivo – O problema e/ou objetivo inicial é substituído ou simplesmente descartado. O propósito da ação é substituído.
- 4) Mudança de orientação internacional - Esta é a forma mais extrema de mudança de política externa, envolve o redirecionamento do ator nos assuntos internacionais. Não há mudança apenas em uma política mas em menor ou maior grau uma mudança simultânea nas atividades e papéis do ator.

Hermann (HERMANN 1990, p. 10-12) apresentou quatro fontes de mudança em política externa. Essas fontes, na maioria dos casos, ocorrem simultaneamente ou uma delas induz o acontecimento da outra. Apresenta-se a descrição das mesmas:

- 1) Direcionamento do líder - a mudança é resultado de esforços de um líder, frequentemente o chefe de Estado, que impõe sua própria visão do redirecionamento necessário na política externa.
- 2) Influência da burocracia – um grupo dentro do governo passa a defender um redirecionamento. Os gestores à nível médio, em circunstâncias normais, estão em uma posição melhor que seus superiores para receber sinais de que a política implantada não está funcionando.
- 3) Reestruturação doméstica – refere-se à mudança ocasionada por um seguimento importante que supre as necessidades do regime para governar. A mudança pode ocorrer quando as elites políticas que legitimam o poder mudam de opinião ou quando há uma alteração na composição dessas elites – eventualmente, com a mudança do próprio regime.
- 4) Choques externos – São as fontes de mudança da política externa que resultam de fenômenos internacionais dramáticos. Normalmente, a menos que sejam repetidamente reforçados por outros eventos, a maioria dos estímulos externos são facilmente perdidos, mal-interpretados, ignorados ou tratados rotineiramente; em contrapartida, os choques externos,

diferentemente dos estímulos, são eventos grandes em termos de visibilidade e de impacto imediato no receptor. “*Eles não podem ser ignorados e podem acionar uma mudança política maior*” (HERMANN 1990, p. 12, tradução livre).

Segundo Hermann (HERMANN 1990, p.13), a mudança normalmente ocorre com base no insucesso. A percepção desse insucesso pode partir do governante no poder, da sua burocracia, ou por agentes externos ao governo, o que pode levar à mudança de governo.

A análise de Hermann será retomada na avaliação que se fará em relação à possível mudança na política externa relacionada à cooperação técnica Brasileira para a África, ao final do artigo.

2. A Cooperação Técnica Internacional e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

O surgimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento foi contemporâneo ao fim da Segunda Guerra Mundial e à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e das instituições de Bretton Woods e tem desempenhado um papel crescente nas relações internacionais, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral.

Conforme apontado por Puente (PUENTE 2010, p. 41), pode-se classificar a Cooperação para o Desenvolvimento com base em quatro critérios básicos: a origem; os canais de execução; os instrumentos; e o nível de desenvolvimento dos países envolvidos.

Com base no critério da origem, a cooperação pode ser classificada como oficial (pública) - financiada com recursos governamentais; ou como privada - que é custeada com recursos privados, ou seja, de empresas, associações, fundações privadas, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e indivíduos (PUENTE 2010). É possível a existência de financiamento simultâneo das duas origens, mas a tendência é que uma delas predomine. A Cooperação analisada nesse artigo é financiada, principalmente, por recursos governamentais, no entanto, devido a características próprias do sistema político brasileiro, esse financiamento é

frequentemente intermediado por organismos integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quanto aos seus canais de execução, a Cooperação para o Desenvolvimento pode ser classificada como bilateral; triangular ou trilateral; multilateral; descentralizada; e mediante Organizações Não-governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs) (PUENTE 2010). Há a possibilidade de formas mistas com a combinação de um ou mais canais de execução. Serão incluídos nesse trabalho projetos de cooperação bilaterais, triangulares e multilaterais desde que a parte brasileira esteja sob o controle da Agência Brasileira de Cooperação.

Segundo Puente (2010, p. 41), a “*cooperação bilateral pressupõe execução entre dois governos (o doador e o receptor), incluindo suas agências oficiais, e o repasse de recursos diretamente de um para outro ou para entidades designadas pelo país receptor*”. A cooperação triangular ou trilateral “*é aquela empreendida por dois atores (dois países ou um país e um organismo internacional) em um terceiro país (em desenvolvimento)*”. A cooperação multilateral, por sua vez, “*pressupõe execução levada a cabo por organismos e agências intergovernamentais multilaterais, que podem atuar financiadas pelos próprios orçamentos, ou com recursos transferidos dos países doadores*”. A cooperação descentralizada é aquela “*levada à cabo por entes subnacionais (estados e municípios numa federação, por exemplo) ou por entidades e instituições públicas como centros de pesquisa e universidades*”. Por fim, existe a cooperação executada por Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), que é “*aquela que, independentemente de sua origem, é implementada por entidades não públicas, que, além das organizações não governamentais clássicas, podem incluir outros atores da sociedade civil e da iniciativa privada*”.

Considerando-se o critério dos instrumentos, a Cooperação para o Desenvolvimento, segundo Puente (2010, p. 42), está dividida em *cooperação financeira, cooperação técnica, assistência humanitária e ajuda alimentar*. A *cooperação técnica*, que é o objeto deste estudo, surgiu concomitantemente com a Cooperação para o Desenvolvimento, sendo uma das primeiras vertentes dessa cooperação, juntamente com a *cooperação financeira*. A *cooperação técnica* foi

instituída formalmente pela Assembleia das Nações Unidas, por resolução (Resolução nº 200), em 1948, e recebeu inicialmente a denominação de *assistência técnica*, termo que foi posteriormente substituído devido à denotação implícita de desigualdade, sugerindo uma caridade do doador para o receptor (PUENTE 2010, p. 65).

O conceito de cooperação técnica evoluiu desde 1948. Puente apresenta o seguinte conceito, com o qual trabalharemos ao longo do artigo:

“Um processo multidisciplinar e multissetorial que envolve, normalmente, um país em desenvolvimento e outro(s) ator(es) internacionais (país ou organização multilateral), os quais trabalham juntos para promover, mediante programas, projetos ou atividades, a disseminação e transferência de conhecimentos, técnicas, experiências bem-sucedidas e tecnologias, com vistas à construção e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais do país em desenvolvimento, despertando-lhe, dessa forma, a necessária autoconfiança que contribua para o alcance do desenvolvimento sustentável, com inclusão social, por meio da gestão e funcionamento eficazes do Estado, do sistema produtivo, da economia e da sociedade em geral.”

Na década de 70, com o acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, passíveis de serem transferidas a outros países com problemas semelhantes a serem enfrentados, elaborou-se um termo e promoveu-se este no âmbito da Organização das Nações Unidas, qual seja: a *cooperação técnica entre países em desenvolvimento* (CTPD) ou *cooperação horizontal*, em contraponto à tradicional *cooperação Norte – Sul* (BRASIL - ABC 2015).

Em 1974, a unidade especial para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento foi criada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, iniciando-se os estudos com vistas ao fomento dessa modalidade de cooperação. As diretrizes da cooperação técnica foram propostas na *Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento*, em 1978, e suas recomendações aprovadas na forma do *Plano de Ação de Buenos Aires* (BRASIL - ABC, 2015).

2.1. A Cooperação Técnica Internacional e o Brasil

O Brasil é receptor de cooperação técnica internacional e não se desvinculou de tal característica até o período contemporâneo. À medida em que foi alcançando graus mais elevados de desenvolvimento, com o aperfeiçoamento de suas instituições

e domínio de conhecimentos, o Brasil passou também a compartilhar parte de suas conquistas, algumas das quais impulsionadas pela cooperação recebida previamente. Essa inovação ocorreu, especialmente, a partir da década de 1970.

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, principalmente a partir daquela década, fez com que instituições brasileiras fossem demandadas de forma crescente tanto por países interessados em aprender com sua experiência quanto por organismos internacionais. O Governo brasileiro, por sua vez, reconhecendo a importância da Cooperação Técnica Internacional para o desenvolvimento deste país, considerou que o Brasil deveria retribuir à comunidade internacional e colocou sua experiência à disposição dos países interessados (BRASIL - ABC, 2015).

Anteriormente, em 1950, havia sido instituído no Brasil um "Sistema de Cooperação Técnica Internacional", com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica - CNAT, que era composta por representantes governamentais da Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios Setoriais. Esse sistema objetivava o controle da Assistência Técnica recebida pelo Brasil, mas não previa a prestação desta a outros países (BRASIL - ABC 2015).

Em 1969, realizou-se uma reforma institucional do Sistema e as competências básicas de cooperação técnica internacional foram delegadas à Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN e ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, que passaram a ser os órgãos centrais responsáveis pela sua gestão (BRASIL - ABC 2015). O Brasil recebia, à época, um grande volume de recursos relativos à crescente quantidade de programas e projetos de cooperação oficial entre o Brasil, como beneficiário, e países, Organizações Internacionais e ONGs internacionais, como doadores (BRASIL - ABC 2015).

O Sistema de Cooperação Técnica era controlado conjuntamente pela Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e pela Sub-Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional - SUBIN. A SUBIN "*desempenhava as funções técnicas - prospecção, análise, aprovação e acompanhamento de projetos*" (BRASIL – ABC 2015). A Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty, por sua vez, "*se encarregava dos aspectos políticos da cooperação técnica*" (BRASIL – ABC 2015).

A Agência Brasileira de Cooperação – ABC foi criada em 1987, por meio do Decreto n. 94.973, e reuniu, em um único órgão, as funções desempenhadas pela SUBIM e pela Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty (BRASIL - ABC 2015). A ABC promoveu a adaptação do Brasil à nova forma de gestão internacional da cooperação técnica, em conformidade com a Resolução 44/211 das Nações Unidas, em 1989:

“Enfatizando que a execução nacional/de governo e a plena utilização das capacidades locais contribuiriam para assegurar que os programas e projetos sejam gerenciados de forma integrada e para a promoção de sua sustentabilidade a longo prazo e maior impacto no processo de desenvolvimento.” (ONU, 1989)

“Enfatiza a necessidade de plena utilização das capacidades nacionais em todos os aspectos dos processos de programação e do ciclo de projetos das atividades operacionais.” (ONU, 1989)

A Resolução, segundo a ABC (2015), implicou na implementação pela ONU da política de *Execução de Governo*, mais tarde consolidada na expressão *Execução Nacional de Projetos*. Essa política foi consolidada pelo Brasil por meio de decretos (Decreto n. 3.751/2001 e, posteriormente, com a revogação deste, Decreto n. 5.151/2004), com o objetivo de promover maior domínio e prestação de contas sobre os programas de cooperação técnica realizados com a parceria de organismos integrantes do sistema das Nações Unidas.

Com a criação da ABC, ampliou-se a importância, no Brasil, da cooperação técnica entre países em desenvolvimento, também chamada de Cooperação Técnica Horizontal e Cooperação Técnica Sul-Sul. A ABC foi criada eminentemente para atuar como eixo da cooperação Sul-Sul brasileira e a estrutura operacional da Agência foi progressivamente constituída para incorporar a ampliação dos programas de cooperação técnica horizontal do Brasil, que se ampliaram em termos de países parceiros atendidos, de projetos e de recursos desembolsados (BRASIL - ABC 2015). Contemporaneamente, verifica-se que a cooperação Sul-Sul do Brasil está presente em todos os continentes, seja por meio dos programas e projetos bilaterais, seja por meio de parcerias triangulares com governos estrangeiros e organismos internacionais (BRASIL - ABC 2015).

A Cooperação Técnica Horizontal é a principal forma de cooperação do Brasil. Segundo Puente (Puente 2010, p. 32), *“a Cooperação Técnica Horizontal brasileira abrange atividades pontuais, projetos e programas que envolvem*

transferência, geração e disseminação de conhecimentos técnicos, experiências bem-sucedidas e capacitação de recursos humanos". A Cooperação Técnica Horizontal visa o fortalecimento das instituições do país receptor com base nos conhecimentos, experiências e boas práticas que o Brasil possui.

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento também é um meio para a projeção internacional do país. Puente afirma que:

“Os avanços verificados e os casos bem-sucedidos na cooperação técnica em que o elemento de coordenação internacional e de atuação conjunta está presente têm credenciado o Brasil como interlocutor preferencial de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como de organismos e agências internacionais para ações coordenadas de CTI” (PUENTE 2010, p. 186)

Conforme o disposto na Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008, que estabelece a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores, compete à Agência Brasileira de Cooperação: *“coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento”*.

A Agência Brasileira de Cooperação centraliza a cooperação técnica oficial prestada e recebida pelo Brasil e conta com uma rede de entidades parceiras no âmbito interno para a execução dos projetos. Durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011 a 2014), verificou-se que a ABC estabeleceu parceria para a execução dos projetos não somente com órgãos e entidades públicas, mas também com empresas e organizações da sociedade civil. Lídia Cabral tece algumas considerações sobre o assunto:

“Um grande número de instituições brasileiras está envolvida na prestação da cooperação técnica. Esta multiplicidade de atores não decorre apenas na amplitude temática da cooperação, pois também ao nível de áreas setoriais individuais, a multiplicidade de atores é considerável. O catálogo de projetos de cooperação técnica na África registra mais de 20 entidades (dos governos federal e estaduais, do setor privado e da sociedade civil brasileira) atualmente envolvidas em atividades de cooperação, ou missões de prospecção, apenas para a área da agricultura.” (CABRAL 2011)

Ainda segundo Lídia Cabral, essa complexidade orgânica resulta em dificuldades para a ABC, que é apenas um departamento do MRE, sem autonomia administrativo-financeira. Ademais, a regulamentação existente sobre cooperação está ultrapassada, pois prevê apenas o recebimento de cooperação, sem regulamentar

a doação. Em termos legais, o Estado brasileiro é impedido de transferir recursos nacionais para o exterior com o propósito de cooperação internacional. Para contornar este impedimento legal, a Agência Brasileira de Cooperação utiliza-se de intermediários financeiros para a execução de projetos, com destaque para o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD, como afirmado anteriormente.

Cabe observar que os fundos para a execução dos projetos podem ter outras origens, além do orçamento da Agência Brasileira de Cooperação. O PNUD atua como intermediário para realizar a movimentação financeira dos recursos dos projetos, nos casos em que a ABC não possui competência para fazê-la.

Devido à complexidade da apuração do quantitativo financeiro desembolsado em cada projeto e considerando que o relatório financeiro da Cooperação Técnica relativo aos anos do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, produzido pela ABC, em conjunto com o IPEA, ainda não foram apresentados, excluiu-se da competência deste artigo a análise estrita dos dados financeiros da cooperação. Informações sobre queda do orçamento destinados à cooperação foram comunicadas pela ABC, nos contatos realizados com o órgão, e serão consideradas como informação de análise independente dos dados concretos sobre despesas ainda não divulgados.

3. O Governo Dilma e a Cooperação Técnica Brasil-África

Com vistas à análise da Cooperação Técnica Brasil-África no governo Dilma e da mudança realizada ao longo do primeiro mandato nessa política, assim como das repercussões dessas mudanças na política externa brasileira e das variáveis que influenciaram essa mudança, realizar-se-á a comparação desse mandato com os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo Lula caracterizou-se por uma ascendência contínua de projetos de cooperação técnica com a África iniciados. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram iniciados 77 projetos com a seguinte distribuição: três projetos iniciados em 2003; sete projetos iniciados em 2004; 22, em 2005; e 45, em 2006. No segundo mandato, por sua vez, foram iniciados 406 projetos, com a

seguinte distribuição: 71 projetos iniciados em 2007; 87 projetos iniciados em 2008; 105 projetos iniciados em 2009; 143 projetos iniciados em 2010. (BRASIL – ABC 2015)

Tabela 1 – Projetos de Cooperação Técnica Iniciados nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Ano	Projetos iniciados
2003	3
2004	7
2005	22
2006	45
2007	71
2008	87
2009	105
2010	143

Fonte: Elaborada pela autora com base na lista de projetos de cooperação disponíveis na página da ABC: www.abc.gov.br

O aumento do número de projetos durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva é reflexo tanto da atenção destinada por esse governo ao continente africano quanto do fortalecimento da ABC como agência especializada encarregada de coordenar projetos de cooperação técnica, em um momento em que o Brasil busca a consolidação internacional como um país fornecedor de cooperação técnica. Durante o governo Lula, a ABC teve seu orçamento ampliado e recebeu incentivos para aumento do número de projetos de cooperação. Os incentivos à Cooperação Técnica para a África fizeram parte de uma série de ações do Brasil em prol do fortalecimentos das relações entre este país e aquele continente.

Durante o governo Dilma, iniciaram-se 157 projetos de cooperação técnica para a África. Tratam-se de projetos em que há a prestação de cooperação técnica pelo Brasil. Esses projetos realizaram-se de forma bilateral, triangular ou multilateral. Os 157 projetos não foram proporcionalmente distribuídos ao longo do governo Dilma Rouseff. No ano de 2011, foram iniciados 87 projetos de

cooperação técnica; no ano de 2012, por sua vez, foram iniciados 47; em 2013, iniciaram-se 12 projetos; e, em 2014, foram iniciados 11 projetos (BRASIL - ABC 2015). Verificamos a seguir a distribuição anual dos projetos:

Tabela 2 – Projetos de Cooperação Técnica Iniciados no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff

Ano	Projetos iniciados
2011	87
2012	47
2013	12
2014	11

Fonte: Elaborada pela autora com base na lista de projetos de cooperação disponíveis na página da ABC: www.abc.gov.br

Observa-se, na tabela 2, a involução drástica do número de projetos de cooperação iniciados com o avançar do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, especialmente nos dois últimos anos. O número de projetos iniciados caiu de 87, no primeiro ano de seu mandato (2011), para 11, no último ano desse mandato (2014).

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, houve cortes progressivos do orçamento destinado à essa agência ao longo dos quatro anos do mandato de Dilma Rousseff. Em virtude das restrições orçamentárias, a agência priorizou a execução e a finalização dos projetos já firmados com os países parceiros e optou por diminuir o número de projetos iniciados.¹

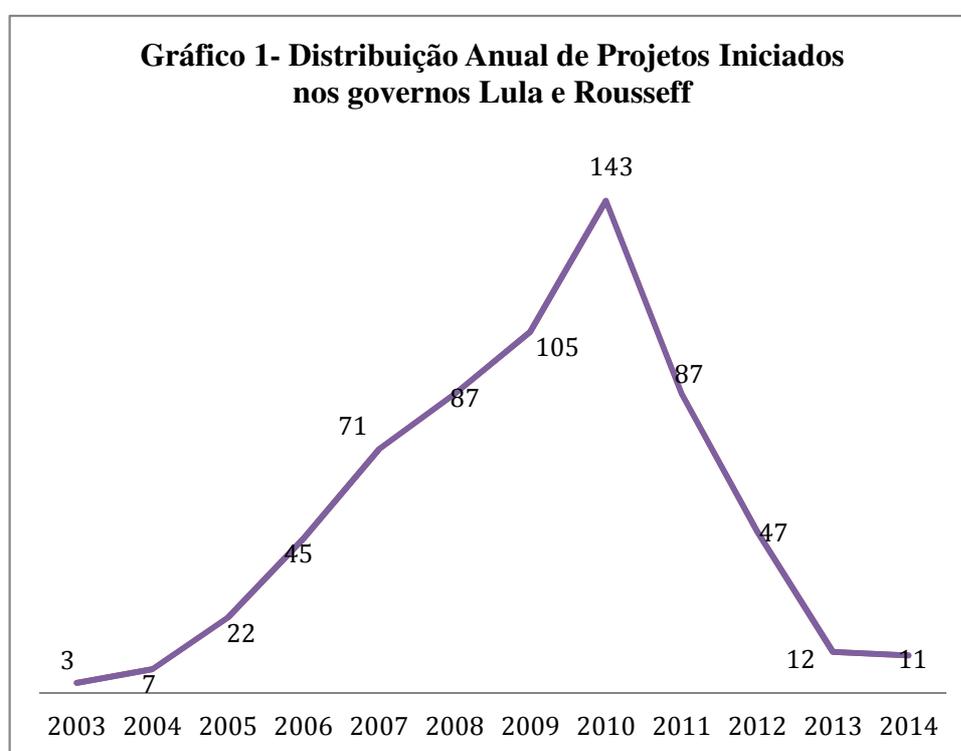
Cabe observar que, em 2011, o Ministério das Relações Exteriores e, como órgão deste, a Agência Brasileira de Cooperação tinham como base para a execução e lançamento de projetos o orçamento aprovado no último ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o que representa um dos fatores que motivou o índice ainda alto de projetos iniciados nesse ano.

Em relação aos números apresentados na tabela, cabe informar que quatro

¹ Informação recebida em resposta a pedido de informação realizado por meio do sistema e-SIC, www.acessoainformacao.gov.br, e confirmada, por telefone, pelo Coordenador Nelci Peres Caixeta, da Gerência de África, Ásia e Oceania da ABC.

dos onze projetos iniciados em 2014 referem-se a projetos que terão andamento apenas no ano de 2015, quais sejam: BRA/13/008-A046 - Capacitação de Militares de Angola – 2015; BRA/13/008-A048 - Capacitação de Militares de Moçambique – 2015; BRA/13/008-A049 - Capacitação de Militares de São Tomé e Príncipe – 2015; BRA/13/008-A050 - Capacitação de Militares do Senegal – 2015. (BRASIL - ABC, 2015)

Apresenta-se abaixo gráfico em que é possível perceber a ascensão anual do número de projetos iniciados nos dois mandatos de Lula, seguida de um decréscimo no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff:



Fonte: Elaborada pela autora com base na lista de projetos de cooperação disponíveis na página da ABC: www.abc.gov.br

Guilherme Oliveira (OLIVEIRA 2014, p. 11), entende que o governo Dilma, além de lançar novos projetos, deu continuidade aos projetos iniciados no governo Lula. Essa premissa foi considerada na análise dos dados sobre a cooperação técnica do governo Dilma, no entanto, na página da ABC, observa-se que diversos projetos que deveriam ser concluídos em 2013 e em 2014 ainda encontram-se “em execução” no dia 23 de fevereiro de 2015. A Agência Brasileira de Cooperação, por sua vez,

informou que diversos projetos foram descontinuados ou prorrogados, entre 2011 e 2014, devido à escassez de recursos do órgão.²

Cabe observar o andamento de um dos projetos do governo Lula, aos quais foi conferida grande repercussão nos meios de comunicação, e identificar se houve continuidade no governo Dilma Rousseff. Trata-se COTTON-4 (cooperação com Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), projeto BRA/04/043-S110, que visa o apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos países listados. Esse desenvolvimento é estimulado por meio da difusão de tecnologia agrícola e do aumento da quantidade de cadeias produtiva.

Na primeira fase do programa, segundo a página da Embrapa (BRASIL-EMBRAPA, 2015), foram testados, nos países participantes, o algodão desenvolvido pela Embrapa, assim como o sistema de plantio. Houve uma busca coletiva pela adaptação das tecnologias brasileiras às realidades de cada país parceiro.

Estudo realizado recentemente, por Renata Oliveira Anunciato (ANUNCIATO 2014), aponta a extensão da primeira etapa do projeto. Segundo Anunciato, a primeira etapa, iniciada em 01/03/2009 estava prevista para ser concluída em 2012, mas foi encerrada em 07/11/2013, devido às prorrogações dos projetos. A partir de 2012, o projeto passou a receber recursos do Instituto Brasileiro do Algodão - IBA (associação civil sem fins lucrativos que conta com incentivos norte-americanos), intermediados pelo PNUD.

O lançamento da segunda fase do projeto COTTON-4 ocorreu em outubro de 2014, com a inclusão do Togo entre os países participantes (BRASIL-ABC 2015). A segunda fase pretende ter duração de três anos e, conforme informações da página da EMBRAPA (BRASIL-EMBRAPA 2015), deve ter foco no reforço tecnológico e na difusão de boas práticas agrícolas para algodão nos países do COTTON-4 e Togo.

Houve, nesse projeto, apesar das extensões de prazo, a continuidade durante o governo Dilma, o que vai ao encontro da afirmação da ABC de que, com as restrições orçamentárias do governo Dilma, priorizou-se a conclusão de projetos já em andamento em detrimento do lançamento de novos projetos.

Apesar da continuidade de projetos em andamentos, com extensões de prazos, como observado no exemplo do projeto COTTON-4, houve declínio de

² Contato com o Coordenador Nelci Peres Caixeta, da Gerência de África, Ásia e Oceania da ABC.

iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e África durante o governo Dilma Rousseff, o que caracterizou, em termos numéricos, descontinuidade do crescimento de apresentação de iniciativas conforme verificado no gráfico 1. A queda no número de iniciativas de cooperação resultou na queda no número de projetos em execução, na medida em que os projetos mais antigos foram sendo concluídos.

A Agência Brasileira de Cooperação sofreu grande diminuição do orçamento disponível para a execução de projetos ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Segundo relato do Coordenador Nelci Peres Caixeta, da Gerência de África, Ásia e Oceania da ABC, o corte orçamentário anual foi de cerca de 70% entre o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, e o fim deste, em 2014.

A análise do contexto mais amplo da política africana brasileira e da política externa brasileira no período poderá apontar se houve declínio da importância da cooperação técnica com a África na política externa brasileira ou se houve declínio da importância da política externa de forma ampla, que resultou em menor atenção à Cooperação de forma geral e conseqüentemente também à cooperação técnica com a África.

4. O contexto mais amplo do declínio da cooperação técnica entre Brasil e África

Ao longo de seu primeiro mandato, Dilma Rousseff manteve o discurso de proximidade com o continente africano e da importância da cooperação com aquele continente. Apresenta-se a seguir, a título exemplificativo, trecho do discurso da Presidente Rousseff em Adis Abeba, em 25 de maio de 2013, na cerimônia de comemoração do Cinquentenário da União Africana.

“Nos últimos dez anos o Brasil dedicou-se com muito empenho a fortalecer as suas relações com a África. O governo brasileiro assumiu liderança essencial nesse processo, e hoje vemos com orgulho cada vez mais que as relações com o continente africano se pautam por genuíno interesse da sociedade civil brasileira e do setor privado. Nosso engajamento com a África é de longo prazo e tem um sentido estratégico. Reconhecemos não só o renascimento africano, mas também a importância estratégica que a África terá para a humanidade no século XXI.

Sempre persistirá nosso propósito de assegurar, de tornar disponíveis investimento, cooperação técnica e transferências tecnológicas,

especialmente as sociais para apoiar o desenvolvimento dos países africanos na base da cooperação Sul-Sul que assegura avanços, e lucros mútuos para ambas as partes.”³

No meio acadêmico, pouca atenção foi dada ao assunto, no entanto, é recorrente a afirmação de que haveria continuidade da política africana de Luiz Inácio Lula da Silva durante o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Guilherme de Oliveira (OLIVEIRA 2014, p.10) analisa os diversos aspectos da política externa africana do governo Rousseff, em comparação com o governo Lula, e inclui a cooperação técnica em sua análise. Segundo Oliveira, haveria continuidade na política africana do governo Dilma Rousseff, no entanto, a conjuntura vivida pelos dois governos seria bastante diferente. Segundo Oliveira, o governo Dilma enfrentou um contexto mais difícil que seu antecessor, tanto internamente quanto externamente:

“(…)A partir do final de 2010 e início de 2011, começaram a ficar cada vez mais claros os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial (TEIXEIRA; PINTO, 2012), o que passou a exigir esforços redobrados do governo federal. Além disso, a renovação da infraestrutura nacional para a Copa do Mundo de futebol de 2014 também se mostrou (e tem se mostrado) um importante desafio para o governo.

Além das mudanças no contexto interno, Dilma Rousseff também enfrentou um ambiente externo mais hostil que Lula (PEREIRA, 2012), com os efeitos da crise econômica mundial tendo sido sentidos de forma mais acentuada no seu governo. Além disso, ela também teve de enfrentar a chamada “Primavera Árabe”, bem como seus desdobramentos no continente africano (queda de regimes, instabilidade e renovada ingerência das potências ocidentais na região, entre outros). Esses fatores, em grande medida, contribuíram para que o governo Rousseff deixasse a política externa em um segundo plano (ou ao menos desse menos enfoque a ela do que o governo anterior), detendo-se com mais atenção à política interna.(…)” (OLIVEIRA, 2014)

João Marcelo Cornetet (em CORNETET, 2014), por sua vez, ao analisar a política externa do governo Dilma Rousseff, por meio da teoria de Charles Hermann, afirma que ocorreu nesta um ajuste - uma mudança de ênfases na política externa, sem que se modificassem seus objetivos. Segundo ele, esse ajuste consistiria em uma contenção.

“Dentre as categorias propostas por Hermann, a contenção consistiria em uma forma de ajuste – nesse caso, em um ajuste negativo. Segundo o autor, o ajuste consistiria em um aumento ou em uma redução de esforços, mantendo-se os mesmos meios e os mesmos objetivos. Efetivamente, os

³ Disponível na página da Presidência da República em Discursos da Presidenta:
<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta>

objetivos de desenvolvimento nacional e de consolidação do Brasil como potência regional em um mundo crescentemente multipolar foram mantidos, e a estratégia de diversificação de parcerias comerciais e de ênfase na cooperação sul-sul manteve-se como meio para alcançar esses objetivos, mas os esforços despendidos foram menores, caracterizando-se o ajuste no sentido da contenção na continuidade.” (CORNETET 2014, p. 140).

Segundo Cornetet (CORNETET 2014, p. 142), “o cenário externo, durante o governo Dilma é bem menos propício ao ativismo de países como o Brasil do que foi durante o governo Lula”. Além disso, Cornetet aponta, ao longo de seu texto, para a continuidade da política externa africana no governo Dilma Rousseff, isso porque as visitas presidenciais ao continente africano caíram pouco quando comparadas a visitas a outros continentes. Apresenta-se, a seguir, trecho que aborda o assunto:

“No que diz respeito às regiões visitadas, permanece o enfoque do governo de Lula de priorização da América do Sul e de atenção à África, embora tenha ocorrido redução nas viagens a países sul-americanos, com exceção da Argentina. (...)” (CORNETET 2014, p. 126)

Amado Luis Cervo e Antônio Carlos Lessa (LESSA e CERVO 2014), por sua vez, apresentam perspectiva de declínio de toda a política externa brasileira ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Apesar de não estudar o declínio da cooperação técnica entre Brasil e África, o artigo é inovador ao apresentar a ideia clara de declínio da política externa durante o governo Dilma Rousseff.

Segundo Lessa e Cervo (2014) , após uma fase de ascensão do país como potência emergente, nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a inserção internacional do Brasil entra em declínio durante o governo Dilma e apresentam as causas desse declínio:

“As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda da capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics. Esses fatores de caráter interno conduzem à deterioração de indicadores de medida da presença e da influência econômica, política e geopolítica do Brasil sobre o cenário internacional.”

5. Conclusão

A conclusão sobre continuidade da Política de Cooperação Técnica entre Brasil e África do governo Luiz Inácio Lula da Silva durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff deve considerar a mudança ou continuidade das prioridades da política externa Brasileira e alterações no contexto interno e internacional desse governo. No plano do discurso, a África, assim como o restante do Sul político internacional, continuou sendo prioridade da política externa Brasileira durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, assim como o era durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Verificou-se, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, queda do número de projetos de cooperação técnica do Brasil para a África. Essa queda foi motivada, conforme afirmado pela Agência Brasileira de Cooperação, pela queda do orçamento destinado à ABC e aos projetos de cooperação. Há uma tentativa da ABC de conclusão dos projetos já iniciados. Com a priorização da execução e finalização de projetos já firmados, a ABC decidiu diminuir o número de projetos iniciados, o que resulta um declínio no número de iniciativas de cooperação técnica brasileira na África, na medida em que os projetos de cooperação antigos são concluídos.

Conforme observado por Hermann (HERMANN 1990, p. 3-5), pequenas mudanças ou ajustes ocorrem frequentemente em política externa e fazem parte da dinâmica desta. Ao buscar-se, na tipologia apontada por Hermann relativa a mudança de política externa⁴, o grau da mudança ocorrida na cooperação técnica brasileira para a África, cabe verificar a influência da conjuntura interna e externa e o grau de mudança em relação ao restante da política externa brasileira.

Como indicado por Lessa e Cervo (LESSA e CERVO 2014), houve um declínio na participação do Brasil no contexto internacional de forma generalizada, influenciado pela conjuntura internacional, que limitou o poder de atuação do Brasil no contexto internacional. Cornetet (CORNETET 2014) aponta, inclusive, que a queda da presença brasileira na África foi menor que a queda da presença em outros continentes.

No caso exposto, não houve uma política deliberada de contenção da cooperação técnica para a África, mas sim uma retração de toda a política externa brasileira, influenciada por fatores internos (como a crise econômica interna e a falta

⁴ Ver item 2 do artigo.

de confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros) e por fatores externos (como a crise econômica mundial).

Observa-se que não houve durante o primeiro mandato da presidente Dilma, mudança de prioridades nas relações internacionais. A presidente continuou enfatizando a importância do relacionamento com países do sul e, em termos proporcionais, diminuiu menos a presença brasileira na América do Sul e na África do que em outros continentes.

Dado o exposto, retração observada na Cooperação Técnica do Brasil para a África pode ser classificada, na tipologia de Hermann, como uma mudança de ajuste, por se caracterizar como uma mudança no nível de esforço dispensado, sem que o propósito da ação seja alterado. Verifica-se, a nível específico da Cooperação Técnica para a África, também o tipo de mudança concluído por Cornetet, em sua análise da política africana de Dilma Rousseff de forma ampla.

Ao respondermos a pergunta chave do artigo, se houve expansão ou retração na política cooperação técnica Brasil-África, responde-se que houve sim uma retração, considerando-se os crescentes incentivos a essa cooperação, característicos do governo Lula, e que deixaram de ser observados no governo Dilma Rousseff. Percebe-se, no entanto, uma continuidade do pensamento político, que ainda visualiza a cooperação sul-sul como prioritária. O ajuste na continuidade foi resultado dos ambientes nacional e internacional e das características da governante, que tem seu próprio estilo de governo, que diferencia-se do seu antecessor.

Cabe observar que o presente artigo foi concluído antes da apresentação pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de relatório da cooperação técnica prestada pelo Brasil ao longo do governo Dilma. Esse relatório, quando publicado, poderá trazer uma riqueza de detalhes sobre o orçamento destinados à cooperação técnica com a África que elucidará de forma mais acessível o que se buscou nesse artigo com base nos dados disponíveis e publicados.

Bibliografia:

- ANUNCIATO, Renata Oliveira. **Política Externa Brasileira e a atuação da EMBRAPA no caso do Cotton-4**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2014.
- BARBOSA, Pedro Henrique Batista. *A Visão Instrumental da Cooperação Técnica Horizontal Brasileira*. In **Revista tempo do mundo** v.4, n.1, abr.2012.
- BERTANI, João Pedro Valandro; PAUTASSO, Diego. *A Cooperação Brasileira com os Países da África Subsaariana: A Atuação da Agência Brasileira de Cooperação*. **3º SEMIC – Seminário de Iniciação Científica ESPM**. 2014.
- BRASIL, Controladoria-Geral da União. **Página do sistema e-SIC do Executivo Federal**: www.acessoainformacao.gov.br
- BRASIL, **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : 2010** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília : Ipea : ABC, 2013. 124 p.
- BRASIL, EMBRAPA. **Página da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. <https://www.embrapa.br>. Acesso em 1º de março de 2015.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. **Página da Agência Brasileira de Cooperação**: www.abc.gov.br, acesso em janeiro de 2015.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África**. Biênio 2007-2008.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. 4a ed.. Brasília: ABC. 2014. 180 p.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Portaria MRE no 212, de 30 de abril de 2008** - estabelece a estrutura regimental dos Ministério das Relações Exteriores. Disponível em

- <http://www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de Política Externa 2003-2010 – Sumário Executivo.**
 - BRASIL, Palácio do Planalto. **Discursos da Presidenta.** <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015
 - CABRAL, Lídia. *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios.* In **Textos Cindes No26.** CINDES. 2011. 39 p.
 - CORNETET, João Marcelo Conte. *A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade.* In **Revista Conjuntura Austral.** ISSN: 2178-8839. Vol. 5, no. 24, Jun. Jul. 2014.
 - EMBRAPA. **Página da Embrapa.** www.embrapa.br (acesso em 01 de março de 2015)
 - HERMANN, Charles. *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy.* In **International Studies Quarterly.** Vol.34, No.1 (Mar.,1990). JSTOR. 3-21.
 - LESSA, Antonio Carlos; CERVO, Amado Luis. *O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014).* In **Revista Brasileira de Política Internacional.** Vol. 57, no 2. Jul./dez. 2014.
 - LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano – A Agenda Emergente para o Novo Milênio.** São Paulo: UNESP, 2005. 169 p.
 - MENEZES, Roberto Goulart; e RIBEIRO, Claudio Oliveira. *A Cooperação Sul-Sul revisitada: A Política Externa do Governo Lula da Silva e o Desenvolvimento Africano.* In **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.** CODE 2011. IPEA. 2011.
 - NAÇÕES UNIDAS – Assembleia Geral. *Resolução 44/211 das Nações Unidas.* 85ª reunião plenária. 22 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/44/a44r211.htm> (acesso em 26 de março de 2015).
 - OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. *Política Africana do Brasil: Mudança*

entre Lula e Dilma? In **Seminário Nacional de Pós Graduação Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI**, 28 e 29 de agosto de 2014, João Pessoa – PB. UFRGS.

- PUENTE, Carlos Afonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa: A Evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – No Período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010. 340p.
- RENZIO, Paolo de; GOMES Geovana Zoccal; FONSECA, João Moura E. M. Da; e NIV, Amir. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes*. BRICS POLICY CENTER – In **POLICY BRIEF**. 2013.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceria do Brasil Atlântico – Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2012. 166p.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso durante o Painel de Alto Nível da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)*, Acra, Gana, 21 de abril de 2008. In: <http://mundorama.net/2008/04/21/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-o-painel-de-alto-nivel-da-xii-reuniao-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-comercio-e-desenvolvimento---unctad-acra/> (acesso em 24 de março de 2015)

STURARO, George W.S. e NEVES JÚNIOR, Edson José. *Mudança e Continuidade na Política Externa Brasileira no Período Cardoso-Lula da Silva (1994-2010): O caso da integração regional no âmbito do Mercosul*. In **Revista UNICURITIBA**. 2011. 150-175. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CD8QFjAF&url=http%3A%2F%2Frevista.unicuritiba.edu.br%2Findex.php%2FRIMA%2Farticle%2Fdownload%2F369%2F295&ei=4a_oVO3aCffasATQ3oKICw&usg=AFQjCNEC6_hdxKTpM9DURmXBS07hkBheQg&sig2=-6MJ1Ds0rzpCghKkrBxNfg&bvm=bv.86475890,d.cWc (acesso em 21 de fevereiro de 2015).